

RECURSO ESPECIAL Nº 1.833.189 - SC (2019/0248559-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : FLORIZIA ROSA WENGUE RIBASKI
RECORRENTE : ELISEU RIBASKI
RECORRENTE : DANIEL RIBASKI
RECORRENTE : ELISLAINE RIBASKI
RECORRENTE : DANIELE RIBASKI
ADVOGADO : JUAN HENRIQUE RIBEIRO KONDRAS - SC045995
RECORRIDO : TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ZAPPELLINI LTDA
ADVOGADOS : GUILHERME SCHARF NETO - SC010083
GEORGIANA CARLA OLIVEIRA CRODA WEHMUTH - SC009838
NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO - SC019360
MARINA MICHELS OURIQUES MACHADO - SC038712
AGRAVANTE : TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ZAPPELLINI LTDA
ADVOGADOS : GUILHERME SCHARF NETO - SC010083
GEORGIANA CARLA OLIVEIRA CRODA WEHMUTH - SC009838
NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO - SC019360
MARINA MICHELS OURIQUES MACHADO - SC038712
AGRAVADO : FLORIZIA ROSA WENGUE RIBASKI
AGRAVADO : ELISEU RIBASKI
AGRAVADO : DANIEL RIBASKI
AGRAVADO : ELISLAINE RIBASKI
AGRAVADO : DANIELE RIBASKI
ADVOGADO : JUAN HENRIQUE RIBEIRO KONDRAS - SC045995
INTERES. : BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADO : SÉRGIO SCHULZE - SC007629

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FLORIZIA ROSA WENGUE RIBASKI, ELISEU RIBASKI, DANIEL RIBASKI, ELISLAINE RIBASKI E DANIELE RIBASKI contra acórdão proferido pelo TJSC, assim ementado (e-STJ fls. 569/570):

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE MORTE. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CAMINHÃO QUE INVADIU PARCIALMENTE A PISTA CONTRÁRIA E COLIDIU LATERALMENTE COM A VAN QUE VINHA EM SUA MÃO DE DIREÇÃO. FALECIMENTO DE PASSAGEIRO DA VAN. AÇÃO AJUIZADA PELA ESPOSA E FILHOS DESTE. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DA RÉ (TRANSPORTADORA). 1- ALEGAÇÃO DE ABSOLVIÇÃO DE SEU PREPOSTO NA ESFERA CRIMINAL. IRRELEVÂNCIA. INDEPENDÊNCIA DOS JUÍZOS CRIMINAL E CIVIL. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS, NOS TERMOS DO ART. 386, VII, DO CPP. VIABILIDADE DA DISCUSSÃO DA CULPABILIDADE NO JUÍZO CÍVEL. 2- REQUERIDA QUE PRETENDE A EXCLUSÃO DA CULPA DO SEU MOTORISTA, COM BASE NO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. IMPOSSIBILIDADE. PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE DO B.O. QUE RESTOU DERRUÍDA PELO LAUDO PERICIAL, QUE APONTOU CONTRADIÇÕES NO REFERIDO DOCUMENTO E CONCLUIU PELA CULPABILIDADE DO CONDUTOR DO CAMINHÃO. INVASÃO DA CONTRAMÃO DE DIREÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA TESTEMUNHAL

AFASTANDO A CONCLUSÃO DO LAUDO. DEVER DE INDENIZAR.

3 - DANO MORAL. VALOR EXCESSIVO. QUANTUM MINORADO PARA FINS DE ADEQUAÇÃO AOS CRITÉRIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, ATENTANDO-SE AOS PARÂMETROS DESTA CÂMARA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DOS AUTORES

4 - PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DOS DE DANOS MORAIS PREJUDICADO, DIANTE DA SUA REDUÇÃO QUANDO DA ANÁLISE DO REQUERIMENTO DA RÉ.

5 - PENSIONAMENTO. PLEITO DE INCLUSÃO DO VALOR PERCEBIDO COM TRABALHOS INFORMAIS PELOFALECIDO. INVIÁVEL. VERBA DEVIDA NA PROPORÇÃO DE 2/3 DA REMUNERAÇÃO COMPROVADA. O TERMO FINAL DO PENSIONAMENTO. PRETENSÃO DE EXTENSÃO ATÉ QUE O FALECIDO COMPLETASSE 74 ANOS E SEIS MESES. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA Z DA EXPECTATIVA DE VIDA DOS BRASILEIROS, DE ACORDO COM OS DADOS DO IBGE, À ÉPOCA DO ACIDENTE. PEDIDO ACOLHIDO, EM PARTE. ALTERAÇÃO DA SENTENÇA NO PONTO.

HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. DESCABIMENTO. VERBA ARBITRADA EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CÂMARA.

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Nas razões recursais (e-STJ fls. 625/633), fundamentadas no art. 105, III, alínea "c", da CF, os recorrentes apontam divergência jurisprudencial na interpretação do art. 944 do CC/2002 e alegam que "o dano moral é de difícil mensuração, entretanto a jurisprudência assevera levar em consideração alguns aspectos, tais como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as condições econômicas das partes, o grau de culpa e a extensão do dano causado, considerando também a função do dano moral, que é de um lado ressarcir o ofendido e de outro punir o ofensor para que não reitere mais tal ato ilícito, além dos critérios subjetivos, atendendo a situação peculiar do caso. Acontece que o acórdão recorrido não considerou tais aspectos, minorando o dano moral de R\$ 50.000,00 para R\$ 25.000,00 para cada um dos Recorrentes, se utilizando de argumento ilegítimo, qual seja, de que "computando-se os consectários legais, tem-se que o valor arbitrado viola os princípios da razoabilidade e proporcionalidade" (e-STJ fl. 629).

Buscam que seja majorada a indenização por danos morais, bem como "que incida correção monetária desde a data do arbitramento – o que não se discute diante da súmula 362/STJ – pelo índice INPC, e juros moratórios legais de 1% a.m. desde a data do evento danoso (13/07/2007)" (e-STJ fl. 632).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 675/684).

É o relatório.

Decido.

Do valor da indenização por danos morais

Sobre os danos morais alegados, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia

nos seguintes termos:

No tocante à quantificação, mister salientar que não há pacificação, pois não existe critério fixo ou matemático que satisfaça à subjetividade que dita indenização exige, e, por estar ligada às peculiaridades de cada caso concreto, fica ao prudente arbítrio do julgador, o qual fundamentará sua decisão com base no binômio razoabilidade/proporcionalidade e observará as circunstâncias do caso, a gravidade da ofensa e a situação econômica das partes, a fim de se evitar o enriquecimento sem causa para aquele que suporta o dano; mas garantindo-lhe uma justa reparação e a coibição de uma nova prática ofensiva.

Senso assim, a indenização deve amenizar a sensação de dor da família da vítima, levando-se em conta a gravidade do dano. O montante indenizatório não pode ser tão grande que se converta, repita-se, em fonte de enriquecimento ilícito, nem tão pequeno a ponto de se tornar insignificante para o causador do sofrimento.

Com base nesses critérios e considerando as outras condenações das rés, envolvendo esse mesmo acidente, observa-se que a importância estabelecida no primeiro grau (R\$ 50.000,00), para cada autor, mostra-se excessiva e merece reparo. Isso porque, computando-se os consectários legais, tem-se que o valor arbitrado viola os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Dessa forma, concluir em sentido contrário implicaria revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n. 7/STJ. Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A revisão do valor fixado a título de indenização somente é admissível em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a índole irrisória da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não ficou evidenciado na hipótese.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.440.179/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 6/8/2019, DJe 19/8/2019 – grifei.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL OU DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ARTS. 370 E 371 DO CPC/2015. OBSERVÂNCIA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO ATENDIDO. SÚMULA 83/STJ 3. PENSÃO MENSAL. APONTADA VALORAÇÃO ERRÔNEA DO SALÁRIO PERCEBIDO PELO DE CUJUS NA DATA DO SEU FALECIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 4. PRESUNÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA COMPANHEIRA SUPÉRSTITE. COMPROVAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. MODIFICAÇÃO DESSA CONCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 5. DANOS MORAIS. MONTANTE INDENIZATÓRIO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO NÃO EVIDENCIADO. 6. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DECAIMENTO MÍNIMO DOS PEDIDOS DO AUTOR. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ART. 86, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015. SÚMULA 326/STJ. 7. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Não se verifica nenhum vício de fundamentação a merecer a necessária correção por esta Corte Superior, tendo sido apresentados, de forma clara e sólida, os argumentos que levaram à conclusão de que não houve negativa de prestação jurisdicional.

2. O CPC/2015 manteve em sua sistemática o princípio da persuasão racional ou do livre

convencimento motivado - adotado pela norma adjetiva revogada (arts. 130 e 131 do CPC/1973) -, conforme o disposto nos seus arts. 370 e 371, segundo os quais compete ao juiz a direção da instrução probatória, apreciando livremente as provas produzidas nos autos, a fim de formar a sua convicção acerca da controvérsia submetida a sua apreciação, desde que devidamente fundamentada, não havendo que se falar na violação desses dispositivos legais quando o juiz, sopesando todo o conjunto probatório produzido e carreado ao feito, julga a causa em sentido oposto ao pretendido pela parte, como no caso dos autos. Súmula 83/STJ.

3. A modificação do entendimento delineado no acórdão impugnado (acerca do valor efetivo do salário percebido pela vítima na data do seu falecimento), demandaria o necessário reexame dos fatos e das provas dos autos, o que não se admite nesta instância extraordinária, sendo aplicável o disposto na Súmula 7/STJ.

4. Não há como suplantar a cognição da Corte de origem (acerca da existência de união estável entre as partes, no intuito de se reconhecer a presunção de dependência econômica da companheira supérstite, de modo a se arbitrar pensão mensal em seu favor), sem a imprescindível imersão no acervo fático-probatório deste feito, providência que é vedada pelo óbice da Súmula 7/STJ.

5. **O quantum indenizatório arbitrado na instância ordinária, a título de danos morais, só pode ser examinado nesta Corte nos casos em que for irrisório ou exorbitante, o que não ocorre no caso dos autos, haja vista que os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade foram observados. Incidência da Súmula 7/STJ.**

6. O decaimento mínimo dos autores não enseja o redimensionamento da verba honorária, nos termos do art. 86, parágrafo único, do CPC/2015. Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca (Súmula 326 do STJ).

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.784.052/CE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/6/2019, DJe 25/6/2019 – grifei.)

Da correção monetária e incidência de juros

O conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, bem como a demonstração do dissídio, mediante o cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas.

Os recorrentes, contudo, não indicaram o artigo de lei a que teria sido conferida a suposta interpretação dissonante.

Incide, portanto, a Súmula n. 284/STF. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF. DESPESAS REALIZADAS EM HOSPITAL NÃO CREDENCIADO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além da demonstração analítica do dissídio jurisprudencial, a indicação dos dispositivos supostamente violados ou objeto de interpretação divergente. Súmula 284 do STF.

[...]

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.024.730/PB, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 21/8/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ERRO MÉDICO. DANO MORAL. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO.

[...]

3. A divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC e do art. 255, § 1º, do RISTJ, exige comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos arestos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas sem o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1.562.730/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/4/2016, DJe 12/4/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO ORDINÁRIA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DESTE SIGNATÁRIO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECLAMO ANTE A AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NOS MOLDES LEGAIS E EM DECORRÊNCIA DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E 5 E 7, DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

1. É assente na jurisprudência desta Corte que a mera transcrição de ementas e excertos, desprovida da realização do necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, mostra-se insuficiente para comprovar a divergência jurisprudencial ensejadora da abertura da via especial com esteio na alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

1.1. Não se trata de formalismo exacerbado não conhecer das irresignações amparadas na alínea "c" do permissivo constitucional quando não obedecido o que estabelecem os arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, § 2º, do RISTJ. Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

[...]

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.287.223/SC, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/3/2016, DJe 31/3/2016.)

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator